



**Processo n.º:** 4.194/2015 (1 volume)

**Apenso n.º:** 480.000.764/2011<sup>1</sup> (1 volume)

**Origem:** Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF

**Assunto:** Tomada de Contas Especial – TCE

**Ementa:** Tomada de Contas Especial – TCE instaurada para apurar a existência de irregularidade na concessão e pagamento de indenização de transporte em razão da passagem para a inatividade de militar da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF. Constatação de ato doloso. Decisão n.º 4.162/2015: citação do militar beneficiário. Interposição de recurso. Decisão n.º 4.846/2015: não conhecer do recurso interposto contra a Decisão n.º 4.162/2015. Embargos de declaração. Decisão n.º 5.523/2015: negar provimento aos embargos declaratórios manejados. Apresentação de defesa. Decisão n.º 3.516/2016: improcedência da defesa, julgar irregulares as contas em exame, notificação para recolhimento do débito, aplicação de pena de inabilitação para o exercício de cargo. Novos embargos de declaração. Decisão n.º 5.634/2016: negativa de conhecimento aos embargos de declaração. Pedido de reconsideração para os embargos de declaração. Decisão n.º 164/2017: conhecimento sem efeito suspensivo. Decisão n.º 3.959/2017: negar provimento ao recurso de revisão. Parcelamento do débito, mediante desconto em folha. **Nesta fase:** análise de cumprimento de diligência. Unidade instrutiva pugna pela devolução do Apenso à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, para acompanhamento dos recolhimentos em demonstrativo próprio e arquivamento dos autos. Parecer do *Parquet* especial convergente. Voto convergente.

## RELATÓRIO

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE instaurada para apurar a existência de irregularidade na concessão e pagamento de indenização de transporte ao militar da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, Sr. **Clebes Augusto Teixeira**, quando de sua passagem para a inatividade.

Na Sessão Ordinária n.º 4.881, de 12.07.2016, esta Corte de Contas prolatou a **Decisão n.º 3.516/2016** (fl. 106), com o seguinte teor:

*I – tomar conhecimento: a) das alegações de defesa de fls. 56/71, encaminhadas em atendimento ao item II da Decisão n.º 4.162/2015; b) da Informação n.º 135/2016 – SECONT/2ªDICONTE (fls. 74/84); c) do Parecer n.º 486/2016–CF (fls. 85/90); II – considerar, no mérito, improcedente a defesa encaminhada pelo Sr. Clebes Augusto Teixeira, por intermédio de representante legal, em atenção ao item II*

<sup>1</sup> O Processo Apenso será identificado pelo símbolo \*.



da Decisão n.º 4.162/2015, tendo em vista que os argumentos trazidos não foram capazes de infirmar os fatos apontados nos autos em exame; III – **julgar, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, da Lei Complementar n.º 01/1994, irregulares as contas especiais em exame**; IV – **notificar, com fulcro no art. 26 da LC n.º 01/1994, o militar Clebes Augusto Teixeira a recolher aos cofres do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de R\$ 99.590,30** (atualizado em 14.04.2016, conforme demonstrativo de fl. 73), que deverá ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos da ER n.º 13/2003; V – autorizar, desde logo, caso não atendida a notificação do inciso anterior, a adoção das providências descritas no art. 29 da Lei Complementar n.º 01/1994; VI – tendo em vista a gravidade dos fatos observados, aplicar ao militar Clebes Augusto Teixeira a pena de inabilitação, por um período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, prevista no art. 60 da Lei Complementar n.º 01/1994; VII – aprovar, expedir e mandar publicar o Acórdão apresentado pelo Relator; VIII – autorizar o retorno dos autos à Secont/TCDF, para as providências pertinentes. (grifos acrescidos)

Em decorrência da Decisão supracitada, expediu-se o **Acórdão n.º 477/2016** (fl. 107).

Inconformado, o Sr. Clebes Augusto Teixeira, mediante representante legal, interpôs Embargos de Declaração de fls. 112/123, em face da Decisão n.º 3.516/2016 e do Acórdão n.º 477/2016. Por meio da **Decisão n.º 5.634/2016** (fl. 136), o aludido recurso não foi conhecido por esta Corte.

Ainda Irresignado, o representante legal do militar opôs Pedido de Reconsideração para que os Embargos de Declaração não conhecidos seja recebido como Recurso de Revisão, conhecido pela **Decisão n.º 164/2017** (fl. 161), sem feito suspensivo.

Na última assentada, esta Casa exarou a **Decisão n.º 3.959/2017** (fl. 195), nestes termos:

**I-negar provimento ao recurso de revisão de fls. 139/156, mantendo, na íntegra, os termos da Decisão nº. 3516/2016 e do Acórdão nº. 477/2016; II – em consequência, notificar o recorrente identificado no parágrafo 40 da Informação nº. 58/2017 – SECONT/3ªDICONTE, acerca do não provimento de seu recurso, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do débito que lhe foi atribuído nos autos em exame; III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências de sua alçada.** (grifos acrescidos)



## MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A unidade instrutiva, mediante a Informação n.º 12/2018 – SECONT/3ªDICONTE (fls. 205/206), teceu as seguintes considerações acerca da matéria:

*2. Regularmente notificado (fl. 196), o responsável não comprovou o recolhimento da quantia devida. Por conseguinte, na forma do art. 29 da Lei Complementar n.º 01/94, foram adotadas as providências para a cobrança do débito, com observância dos limites previstos na legislação em vigor, nos termos do art. 1º da Lei Complementar n.º 435, de 27/12/01 (fl. 201).*

*3. Por meio do Ofício n.º 4.544/DPPP – Restituição ao Erário e anexo (fls. 202/203), a PMDF informou a efetivação do desconto em folha de pagamento do aludido militar.*

*4. Também, esta SECONT providenciou o envio da documentação pertinente à SEGECEX para o devido registro, acompanhamento e controle do recolhimento do débito imputado pelo Tribunal, na forma estabelecida na Portaria n.º 76/1997 (art. 2º, I, g), com a redação dada pela Portaria n.º 300/2011, conjugada com a Ordem de Serviço-CICE n.º 02/2011 (fl. 204).*

*5. Dessa forma, entendemos que não restam providências a serem adotadas por esta Corte, podendo o presente processo ser arquivado e o apenso devolvido.”*

Ante o exposto, sugeriu ao egrégio Plenário que:

*I. tome conhecimento dos documentos de fls. 196/204;*

*II. autorize a devolução do Processo n.º 480.000.764/2011 à Controladoria-Geral do Distrito Federal, determinando-lhe que acompanhe os recolhimentos efetuados pelo militar beneficiário, decorrentes da Decisão n.º 3.516/2016 e Acórdão n.º 477/2016, os quais deverão ser comunicados ao Tribunal por meio do demonstrativo previsto no art. 14 da Resolução n.º 102/98, nas contas anuais da PMDF;*

*III. retorne os presentes autos à SECONT para fins de arquivamento.*

As sugestões formuladas mereceram a concordância do titular da Secretaria de Contas – Secont/TCDF (fl. 206-v).

## MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPjTCDF, mediante o Parecer n.º 217/2018 – CF (fl. 207), após contextualizar o feito, manifestou-se em harmonia com a instrução.

É o relatório.



## VOTO

A presente Tomada de Contas Especial – TCE trata do pagamento de indenização de transporte, no valor original de R\$ 10.687,21 (valor original do prejuízo, em 1999), concedida ao militar **Cleber Augusto Teixeira**, em razão da sua passagem à inatividade.

Esclareço que o Tribunal, por intermédio da Decisão n.º 3.516/2016, julgou, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, da Lei Complementar n.º 01/1994, irregulares as contas especiais em exame; notificou, com fulcro no art. 26 da LC n.º 01/1994, o militar Cleber Augusto Teixeira a recolher aos cofres do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor do débito então apurado e pena de inabilitação, por um período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal.

Nesta fase processual, examina-se o **cumprimento do disposto no item V da Decisão n.º 3.516/2016**, que autorizou, “*desde logo (...), a adoção das providências descritas no art. 29 da Lei Complementar n.º 01/1994*”, uma vez que o militar-beneficiário não comprovou o recolhimento do montante devido.

O corpo instrutivo informou que a PMDF, em atendimento à supramencionada deliberação plenária, comunicou ao Tribunal a efetivação dos descontos, em folha de pagamento, referentes ao valor devido pelo responsável. Destacou, ainda, que providenciou o envio da documentação pertinente à Secretaria Geral de Controle Externo – Segecex/TCDF, para fim de acompanhamento<sup>2</sup> formal do controle de recolhimento de débitos e multas imputados pelo Tribunal.

Em razão disso, a Secretaria de Contas – Secont/TCDF pugna pela devolução do Apenso à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, para acompanhamento dos recolhimentos em demonstrativo próprio, e pelo arquivamento dos autos.

O parecer do *Parquet* especial é convergente com a instrução.

Considerando que não há outro encaminhamento a ser adotado nos autos senão aquele proposto pela Secont/TCDF e pelo *Parquet* especial, adoto, como razão de decidir, os fundamentos constantes da Informação n.º 12/2018 – SECONT/3ºDICONTE e do Parecer n.º 217/2018 – CF.

Ante o exposto, em concordância com a área instrutiva e o *Parquet* especial, VOTO no sentido de que este egrégio Plenário:

<sup>2</sup> Na forma estabelecida na Portaria nº 76/1997 (art. 2º, I, g), com a redação dada pela Portaria nº 300/2011, conjugada com a Ordem de Serviço-CICE nº 02/2011.



I. tome conhecimento:

- a) do Ofício n.º 4544/DPPP – Restituição ao Erário e anexo (fl. 203), tendo por satisfatoriamente cumprida pela PMDF a determinação inserta no item V da Decisão n.º 3.516/2016;
- b) do Memorando n.º 11/2018 - SECONT (fl. 204);
- c) da Informação n.º 12/2018 – SECONT/3ªDICONTE (fls. 205/206);
- d) do Parecer n.º 217/2018 – CF (fl. 207/207-v);

II. autorize:

- a) a devolução do Processo n.º 480.000.764/2011 à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, determinando-lhe que acompanhe os recolhimentos efetuados pelo militar beneficiário, decorrentes da Decisão n.º 3.516/2016 e do Acórdão n.º 477/2016, os quais deverão ser comunicados ao Tribunal por meio do demonstrativo previsto no art. 14 da Resolução n.º 102/1998, nas contas anuais da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas – Secont/TCDF, para fins de arquivamento.

Sala das Sessões, 27 de março de 2017

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Conselheiro-Relator